

A (IN)SEGURANÇA DOS OCEANOS, A DIPLOMACIA NAVAL E OS DESAFIOS ESTRATÉGICOS DO BRASIL¹

THE OCEANS (IN)SECURITY, THE NAVAL DIPLOMACY, AND BRAZIL'S STRATEGIC CHALLENGES

Guilherme Lopes da Cunha²

Guilherme Mattos de Abreu³

Fábio Albergaria de Queiroz⁴

Denisse Grandas Estepa⁵

RESUMO: Os desafios estratégicos do Brasil são influenciados pela (in)segurança dos oceanos e pela forma como se constroem os mecanismos de cooperação entre os Estados. As ameaças transnacionais e transregionais do mundo contemporâneo demandam cooperação internacional, requerendo, amiúde, soluções integradas. Contudo, de que maneira as incertezas influenciam a diplomacia naval do Brasil e em que contexto alteram a sua relação com os Estados? Por meio de abordagem qualitativa, com ênfase em autoetnografia e pesquisa documental, avalia-se de que maneira o Brasil atua para realizar os seus interesses. Entre os pilares dessa trajetória, os documentos estratégicos, assim chamados a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, constituem marcos político-normativos que modernizam a estrutura organizacional da Defesa e definem prioridades, por meio de um constante redesenho com a participação da sociedade. A evolução da política internacional e dos interesses nacionais mostra a relevância desses

¹ As opiniões expressas são de exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, o posicionamento da Escola Superior de Defesa e/ou da Escola Superior de Guerra e/ou do Ministério da Defesa.

² Guilherme Lopes da Cunha, Professor da Escola Superior de Guerra (ESG) e da Escola Superior de Defesa (ESD), Ministério da Defesa, Brasil. Doutor em Economia Política Internacional (UFRJ). Pós-Doutorado em Relações Internacionais (UnB) e Pós-Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Jorge Tadeo Lozano, Colômbia. Bolsista do CNPq - Brasil. ORCID: 0000-0002-8639-747X. Email: prof.dr.guilherme@gmail.com

³ Guilherme Mattos de Abreu, Contra-Almirante da Reserva da Marinha do Brasil. Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval. Mestre em Segurança Internacional e Defesa pela Escola Superior de Guerra. Ex-Diretor do Centro de Estudos Estratégicos Marechal, Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra. E-mail: gmdabreu@terra.com.br.

⁴ Fábio Albergaria de Queiroz, Professor da Escola Superior de Defesa (ESD). Doutor em Relações Internacionais (UnB). Pós-Doutorado em Relações Internacionais (IREL/UnB) e em Estudos Comparados sobre as Américas (DELA/UnB). Orcid: [0000-0003-3465-3619](https://orcid.org/0000-0003-3465-3619). E-mail: fabioaq@hotmail.com fabio.queiroz@defesa.gov.br

⁵ Denisse Grandas Estepa, Professora, Pró-Reitora da Faculdade de Ciências Sociais e Diretora do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Jorge Tadeo Lozano, Colômbia. Doutora em Relações Internacionais pela Universidade Nacional de La Plata e mestre em Desenvolvimento e Ajuda Internacional pela Universidade Complutense de Madri. Também é Diretora Executiva da Rede de Especialistas em Paradiplomacia e Internacionalização Territorial (REPIT). ORCID: 0000-0002-5563-3994. E-mail: denisse.grandas@utadeo.edu.com

documentos para uma contínua adaptabilidade institucional, que, hoje, reconhece como prioridade a América do Sul, a África Atlântica abaixo do paralelo 16N e as regiões polares, valorizando a vizinhança, os vínculos socioculturais e as ambições científicas que apoiam uma estrutura da governança climática global.

Palavras-chave: segurança; oceano; diplomacia; naval; Brasil; documentos estratégicos

SUMMARY: The strategic challenges of Brazil are influenced by the (in)security of the oceans and by the way States build cooperation mechanisms. As transnational and transregional threats in the contemporary world demand international cooperation, they often require integrated solutions. Nonetheless, how do uncertainties influence Brazil's naval diplomacy, and in what context do they alter its relationship with other States? Through a qualitative approach, with an emphasis on autoethnography and documentary research, it is important to know how Brazil acts to realize its interests. Among the pillars of this trajectory, the strategic documents, also

called the National Defense Policy, the National Defense Strategy, and the White Book of National Defense, constitute political-normative frameworks that modernize the organizational structure of Defense and define priorities, by means of a constant network with the participation of society. The evolution of international politics and national interests shows the relevance of these documents for a continued institutional adaptability, which, in general, recognizes as priorities South America, Atlantic Africa below the 16N parallel, and the polar regions, valuing the neighborhood, sociocultural bonds, and scientific ambitions that support a global climate governance structure.

Keywords: security; safety; ocean; naval; diplomacy; Brazil; strategic documents

1 INTRODUÇÃO

A América Latina é uma área com fronteiras relativamente estáveis, onde se observa uma baixa incidência de conflitos entre estados. Mas isto não significa paz, em face dos níveis de violência mais elevados do mundo. Essas dinâmicas estruturais têm-se aprofundado, conforme identificado por Riccio e Cunha, (2024), Rettberg (2020) e Koonings (2025), sem que os Estados encontrem mecanismos satisfatórios para o enfrentamento da situação. A distância das disputas globais induziu a América Latina a uma baixa prioridade, de acordo com Cunha e Appel (2014), resultando em um desenvolvimento socioeconômico e tecnológico que indica baixo potencial de efetividade para proporcionar os resultados esperados.

O afastamento da competição global sistêmica, portanto, facilitou a construção de um ambiente de cooperação com características *sui generis*. Essa dinâmica reduziu a importância

estratégica da região, embora tenha contribuído para aproximar países em desenvolvimento, sobretudo, da América Latina, Ásia e África. Em decorrência de um desenho autóctone das relações entre Estados, a diplomacia naval ocupou forte elemento de agregação, em torno de agendas como pobreza, corrupção, crime organizado e ameaças transnacionais. A sinergia alcançada tem proporcionado espaço para cooperação contra atividades ilícitas, incluindo o tráfico de drogas e de pessoas, além de melhor coordenação para o enfrentamento dos desastres naturais e antropogênicos.

Passadas mais de três décadas desde o término da Guerra Fria e da rigidez bipolar que a caracterizou, persistem profundas incertezas quanto à natureza do sistema internacional contemporâneo. Diferentemente do período marcado pela confrontação Leste-Oeste, hoje ainda não existe um paradigma dominante ou consensual capaz de explicar plenamente a dinâmica global. Nesse ambiente complexo, no qual os destinos dos atores internacionais se entrelaçam e novas formas de interconexão se multiplicam, emergem questões fundamentais: que configuração se delineia para o futuro próximo? E qual será o papel dos diversos atores que compõem essa ordem em transformação?

Para os propósitos de nossa análise, urge pontuar que tal cenário tem imposto desafios à diplomacia naval do Brasil⁶ em boa medida em função das múltiplas incertezas derivadas de elementos como: 1. a competição geopolítica entre grandes potências marítimas, com destaque para Estados Unidos e China; 2. a crescente insegurança marítima decorrente de ameaças híbridas e tecnológicas de difícil atribuição; 3. dependência das cadeias logísticas globais e vulnerabilidade dos *chokepoints*; 4. disputas por recursos marítimos e energéticos estratégicos; 5. externalidades causadas por mudanças climáticas e eventos extremos; 5. o avanço tecnológico disruptivo e o emprego de novas armas.

Esse panorama induz à seguinte indagação: como as incertezas contemporâneas influenciam a sua diplomacia naval e em que contexto altera a sua relação com a América do Sul, a América Latina ou o Sul Global? Considerando os desafios contemporâneos que recaem sobre a diplomacia naval, busca-se avaliar, por meio de abordagem qualitativa, com ênfase em autoetnografia e pesquisa documental, de que maneira o Brasil atua para realizar os seus interesses estratégicos.

⁶ Em linhas gerais, a diplomacia naval corresponde ao conjunto de ações realizadas por um Estado em atividades internacionais dialógicas e cooperativas por meio do emprego de seus meios navais com o objetivo de influenciar percepções, construir confiança, dissuadir e/ou fortalecer alianças. Uma reflexão mais detida sobre a epistemologia do termo é feita nos tópicos 2.1 e 2.2.

A análise está organizada em três partes. Primeiro, identificam-se os traços da política internacional contemporânea relacionados aos oceanos, envolvendo o Sul Global em meio a elementos de insegurança. Em seguida, analisa-se como Política Exterior, Diplomacia de Defesa e Naval operam como estruturas harmônicas. Na parte final, verificam-se os mecanismos institucionais que orientam os interesses do Brasil e a sua ênfase estratégica.

2 O SUL GLOBAL, OS OCEANOS E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os oceanos têm importância crucial para o futuro da segurança planetária e influenciam o Sul Global. Presentes de maneira significativa na história, a proteção deles associa-se a temas e ameaças em múltiplas escalas, incentivando uma mobilização que resulta em iniciativas, como a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano (2025)⁷ A UNCTAD (2025a) indica que os oceanos cobrem aproximadamente 70% da superfície terrestre, são essenciais à existência humana e influenciam a vida de 600 milhões de pessoas: mudança climática, pesca predatória e poluição formam as principais ameaças aos ecossistemas marinhos, afetando o Sul Global e, em especial, a América Latina.

Ao avaliar a necessidade de implementar ações para o desenvolvimento sustentável dos oceanos, nos anos 1960, Turra (2021) complementa a UNCTAD (2025b) e a CEPAL⁸, que comprovam a importância do mar na América Latina: 23 dos 33 países têm mais território marinho do que terrestre; em 18 desses países, a Zona Econômica Exclusiva excede em 75% o tamanho total do território nacional; possui 47 das 258 ecorregiões marinhas do mundo, superando qualquer região; e 27% da população vive em área costeira.

2.1 O SUL GLOBAL E OS OCEANOS

O Sul Global surge como discurso diplomático. Presente nos meios de comunicação, chegou a motivar a Cúpula da Voz dos Países do Sul Global, que, em 2024, realizou a sua 4ª edição⁹. Contudo, as análises científicas questionam a sua validade explicativa pela

⁷ Realizada na França, entre 9 a 13 de junho de 2025, reuniu 55 chefes de Estados e 15.000 participantes da sociedade civil, empresários e cientistas. Representantes de mais de 170 Estados contribuíram para a Declaração de Nice, sob o título “Nosso Oceano, Nosso Futuro: Unidos para Ação Urgente”, e para o Plano de Ação de Nice, indicando a necessidade de medidas emergentes para Áreas Marítimas Protegidas, descarbonização do transporte marítimo, combate à poluição marinha, finanças e vulnerabilidade de Ilhas e países costeiros (NAÇÕES UNIDAS, 2025b)

⁸ Tambutti e Gómez (2020) conduziram os estudos para a CEPAL.

⁹ A 1ª Cúpula da Voz do Sul Global aconteceu entre 12 e 13 de janeiro de 2023, incentivada pela liderança da Índia no G20. No discurso inaugural, o Primeiro-Ministro Narendra Modi afirmou que $\frac{3}{4}$ da humanidade vive no Sul Global e que suas vozes devem ser proporcionais na capacidade de moldar a ordem internacional (MODI, 2023).

difficuldade de caracterizar o que é, de onde vem e quem compõe o Sul Global: para Jain (2025) é um grupo amorfo; para Basu e Manhas (2025), uma categoria coletiva marcada por simplificação excessiva e imprecisão geográfica cuja liderança tem sido disputada por Índia e China; Mazzega *et al* (2025) sugerem duas sínteses: uma intelectual e outra política. A intelectual remete a: i) Gramsci (1987), que denuncia as disparidades entre Norte e Sul da Itália; ii) Carl Oglesby que, em 1969, menciona a desigualdade entre Sul e Norte Global, no contexto da Guerra do Vietnã (Hogan e Patrick, 2024); além dos escritos de Raúl Prebisch sobre a lógica centro-periferia.¹⁰

A síntese política baseia-se em 4 núcleos: i) nos anos 1960, as Conferências de Bandung e de Belgrado denunciam a desigualdade na política mundial; ii) na mesma década, países insatisfeitos com a dinâmica internacional excludente mobilizam-se em grupos como o G77; iii) nos anos 1980, ocorrem iniciativas sobre desigualdades, como: a) o Relatório Brandt, sobre os padrões de desenvolvimento e subdesenvolvimento; b) o Relatório da Comissão do Sul (1987) sobre exclusões no processo decisório; e c) o Relatório Forging a Global South (2004), do PNUD, sobre prioridades do desenvolvimento internacional; iv) no século XXI, os países do “resto” das interações Norte-Sul mobilizam-se frente ao deslocamento de poder para a Ásia.

O Sul Global, portanto, é mais político e retórico do que acadêmico e analítico. Mazzega *et al* (2025) acreditam que o termo Sul Global funciona como um conceito mobilizador, útil para interpretar as potências emergentes, como G77, G20 ou BRICS, sob uma estrutura unificada. No entanto, mesmo ganhando espaço na academia, a maioria das publicações que usam o conceito, nos últimos 30 anos, têm autoria de pesquisadores do Norte, demonstrando uma limitação representativa pela ausência de autores do que entendem por Sul Global.

2.2 OS OCEANOS: ELEMENTOS BIOCULTURAIS E PERSPECTIVAS CIENTÍFICAS

Na retórica da diplomacia naval, os oceanos não separam, mas unem, ao incluir, em múltiplas dimensões, as perspectivas física, sociocultural, histórica e afetiva. Os oceanos conectam a sociedade global por diferentes meios e, para as Nações Unidas (2011), são cruciais para a vida humana. A influência homem-oceano levou as Nações Unidas a apoiarem

¹⁰ Embora utilizado no texto como marco conceitual, cumpre destacar que, apesar do uso recorrente na literatura, esta designação não é imune à crítica. O diplomata Paulo Roberto de Almeida, por exemplo, refere-se ao Sul Global de forma crítica e cética. Em sua interpretação, o termo não designa uma categoria geopolítica coerente, mas, sim, uma construção retórica usada sobretudo para fins políticos e ideológicos.

a proposta de uma alfabetização oceânica, que, segundo McRuer *et al* (2025), ganhou força no 5º Congresso Internacional de Áreas Marinhas Protegidas (IMPAC5), em Vancouver, em 2023. Para Biazon e Berchez (2021), o lançamento da Década dos Oceanos pelas Nações Unidas e as ações da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (COI-UNESCO) contribuíram para que a iniciativa se desenvolvesse¹¹. Essa plataforma objetiva gerar conhecimento para desencadear ações voltadas à promoção da preservação e das mudanças no comportamento individual.

As iniciativas multilaterais, portanto, ajudam na governança dos oceanos e nas expectativas da humanidade. As relações de poder, cultura e economia encontram conexão com os oceanos, dimensionando sentimentos em um passado multissecular, como na *longue durée* braudeliana, em que a história da civilização é comparada ao rio Amazonas, que finda nas águas agitadas do Atlântico (Braudel, 1987, p. 9). A relevância sociocultural associa-se à necessidade de garantir a segurança (*safety* e *security*) e as ambições geopolíticas, que incluem biodiversidade¹², mineração submarina, cabos submarinos, mudanças climáticas e os desafios da soberania além das águas jurisdicionais, incluindo os recursos vivos e não vivos do fundo do mar.

A maneira de proteger os oceanos inclui a consciência sobre um *aggiornamento* na relação homem-natureza. A evolução dos sistemas de proteção na estrutura sócio-jurídica dos Estados¹³ tem fomentado políticas para reverter o quadro de ineficiência na preservação ambiental.¹⁴ Isso incentiva os defensores da personalidade jurídica de rios (Edirisinghe e Suchet-Pearson, 2024) e de oceanos (Bender et al., 2025), ainda que sem consenso¹⁵, e suscita análises políticas sobre seres vivos não-humanos: além de um antropocentrismo estadocêntrico, a interação entre humanos e não humanos incentiva as Relações Internacionais pós-humana (Cudworth *et al*, 2018) ou mais que humanas (Franklin, 2024), revelando uma falsa percepção de divisão entre humanos e natureza. Para Cudworth (2018, p. 4-5), a sociedade convive com uma diversidade de formas não humanas, como animais, bactérias,

¹¹ Para McRuer *et al* (2025, p. 2), a proposta baseia-se nos Diálogos de Alfabetização Oceânica, durante o IMPAC5.

¹² Segundo United Nations (2025), “The BBNJ Agreement, adopted in June 2023, is a crucial legal instrument to protect marine life and ecosystems in the two-thirds of the ocean that lie beyond any country’s jurisdiction.”

¹³ A Constituição do Equador dispõe, no artigo 71, sobre os direitos da Natureza ou da Pacha Mama, incluindo a existência, a manutenção e a regeneração dos seus ciclos vitais (ECUADOR, 2008).

¹⁴ Para Néjer e Aguilar (2019, p. 57) “las autoridades judiciales enfrentan el reto de tomarse en serio los postulados constitucionales y materializar en la práctica jurídica, a través de sus decisiones, la posibilidad de que un ser vivo no humano cuente con la titularidad de derechos constitucionales de manera autónoma.”

¹⁵ A Corte Constitucional da Colômbia (2016), na Sentencia T-622/16, invoca os Direitos Bioculturais e reconhece os rios como sujeito de direito. Contudo, argumentos teóricos contrários mostram discordância: Para Weis e Mullins (2025, p. 33), a natureza precisa de governança e não de direitos, pois valores e deveres de conteúdo ecocêntrico junto à construção de uma comunidade ecológica geram mais benefícios.

objetos inanimados, máquinas, meio ambiente e atmosfera, incluindo sua vinculação com os oceanos.

2.3 A (IN)SEGURANÇA DOS OCEANOS E A POLÍTICA INTERNACIONAL

A segurança dos oceanos tem um forte componente no contexto cibernético e nas mudanças climáticas. Para Barros-Platiau *et al* (2025), as questões cibernéticas e climáticas são multiplicadoras de ameaças na diplomacia do Antropoceno: embora os oceanos sejam subdimensionados, eles abrigam os cabos submarinos que proporcionam o modo de vida contemporâneo, influenciando relações de poder e, portanto, demandando meios de proteção.

Segundo Wall e Morcos (2021), esses cabos proporcionam mais de 95% do tráfego de informações no planeta¹⁶, cuja vulnerabilidade constitui uma ameaça, pois a propriedade dessas infovias concentrara-se sob domínio das *big techs*. O processo de privatização dos cabos submarinos possibilitou que as estas¹⁷ adquirissem essa infraestrutura, influenciando na competição geopolítica e incentivando a criação de meios para interceptar informações, romper os cabos submarinos ou cortá-los, com o risco de comprometer o fluxo de informações¹⁸.

Ao informar sobre a propriedade dos cabos submarinos, Yadron (2016) e Satariano (2019) revelam que Google, Meta, Microsoft e Amazon ampliaram o controle no setor. Segundo Murphy e Pearl (2025), a metade de toda a disponibilidade do planeta foi alugada ou adquirida por essas empresas, o que mostra um risco elevado ao se constatar que o fluxo financeiro diário global é estimado em 10 trilhões de dólares por Long (2023) e 22 trilhões de dólares por Murphy e Pearl (2025), indicando um aumento substancial entre 2023 e 2025. Ausentes desse processo, o Sul Global – com a exceção da China e da Índia – participa passivamente e consolida uma dependência tecnológica. Concentrado nos Estados Unidos e na Europa¹⁹, o fluxo de informações reforça a percepção de Pinaud (2023) e de Mwema e Birhane (2024) sobre um colonialismo digital, facilitando a coleta de dados para as empresas

¹⁶ Satariano (2019) reforça que as informações dependem dos oceanos.

¹⁷ O Projeto Waterworth, da Meta, prevê a implementação do cabo submarino de 24 pares de fibras de 50.000 Km, o mais longo do mundo, passando por 5 continentes, indicando benefícios na área de IA (NAGARAJAN e AIMÉ, 2025; MACMAHON, 2025). O Projeto do Cabo Humboldt, acordado em janeiro de 2024, entre a Google e o Chile, destina 14.000 Km de extensão para conectar o país com a Oceania em 2026 (CHILE, 2025).

¹⁸ Se Schaller (2024, p.206) menciona o potencial ofensivo do navio russo Yantar, com capacidade para cortar cabos, Murphy e Pearl (2025) indicam a capacidade tecnológica da China de cortar cabos no contexto da rivalidade.

¹⁹ Para Ma e Jiang (2025) a distribuição global dos cabos submarinos é desequilibrada, concentrando fluxos de informação nos Estados Unidos e na Europa: pequena minoria de países dominam conexões da rede global.

de tecnologia, mas cerceando os benefícios do Sul Global²⁰. Para Romero (2019), as polarizações ideológicas na América Latina impedem a superação da dependência tecnológica.

3 POLÍTICA EXTERNA E DEFESA

As Forças Armadas são destinadas à neutralização de ameaças externas. A atividade militar objetiva o funcionamento do Estado e a repulsão de adversidades vindas do ambiente político externo. Embora influenciadas por tensões induzidas pelos Estados que competem pela liderança do sistema internacional, as forças armadas do Sul Global têm, gradativamente, assumido funções complementares àquelas para as quais foram criadas²¹.

Mas isso seria uma característica do Sul Global em sua totalidade, ou se excluiriam países como China²²? Em todo caso, a América Latina não disputa a liderança sistêmica e tem deslocado as forças armadas cada vez mais para enfrentar calamidades, perturbações sociais e catástrofes ambientais. Ao colaborarem para objetivos nacionais associados ao desenvolvimento humano e estatal, a diplomacia naval ganha contornos que realçam a cooperação sob diferentes pressupostos.

O papel das Marinhas ao longo da história destina-se à consecução dos objetivos nacionais. Ainda que as tradições navais tenham raízes longínquas, o dinamismo histórico permite verificar o *zeitgeist*, o espírito do tempo, que caracteriza a atividade naval de hoje, se diferencia de outras épocas. Nos séculos XIX e XX, o ambiente sócio-jurídico admitia que as canhoneiras fossem utilizadas para a realização dos interesses nacionais, influenciando o comportamento de outros Estados sob ameaças. Para Lambert (2025), as Marinhas das grandes potências, em especial a Grã-Bretanha, entre os séculos XVII e XX, tiveram o modelo estratégico marítimo associado ao processo decisório para moldar objetivos nacionais, estruturas políticas e dinâmicas econômicas.

Hoje, as Marinhas continuam se dedicando ao processo decisório, mas com diferentes atribuições. Embora há quem identifique a permanência de uma *Gunboat Diplomacy*²³, em

²⁰ Para Mwema e Birhane (2024), os dois principais cabos submarinos na África, o Equiano, da Google, e o 2Africa, da Meta, beneficiam as empresas, mas não o Sul Global.

²¹ O documento *Fundamentos do poder Nacional* reconhece as expressões do poder nacional: econômica, militar, política, científico-tecnológica, psicossocial (BRASIL, 2024).

²² Embora a maior parte do Sul Global esteja distante desse *status*, a China está entre as grandes potências sistêmicas (CUNHA e GONZALES, 2024).

²³ Para Le Mièrre (2011, p. 54), o conceito de Diplomacia das Canhoneiras pode ser sintetizado por meio da questão conhecida como Don Pacífico (1850), quando a Royal Navy saqueou navios gregos e bloqueou portos para compensar o sentimento de injustiça sofrida pelo seu cidadão. Segundo Kennedy (2016), a diplomacia das canhoneiras foi um método efetivo e de baixo custo utilizado no século XIX e XX, com o propósito de coerção,

que Le Mière (2011) avalia, inclusive, se os exercícios navais são uma forma de influenciar o comportamento de Estados²⁴, o Sul Global se guia por um tipo de atuação diferente: conjuga apoio ao processo decisório à ênfase em cooperação, segurança coletiva e atuação conjunta e combinada, desconsiderando o uso da força como forma de persuasão. O Sul Global Atlântico prima por uma lógica colaborativa entre as Marinhas para lidar com ameaças transnacionais e para criar e consolidar laços de amizade frente a constrangimentos.

3.1 FORÇAS ARMADAS, DIPLOMACIA NAVAL E RELAÇÕES EXTERIORES

As Forças Armadas de cada país, em especial, a Marinha, dedicam-se à manutenção de seus interesses nacionais. Se, no ambiente doméstico, sobressai a busca por estabilidade e saúde institucional, no âmbito internacional, os desafios comuns impulsionam a coordenação de esforços para enfrentá-los em conjunto. Por isso, os objetivos da Política Exterior, nos quais se enquadra a Diplomacia da Defesa e, por consequência, a Diplomacia Naval, fomentam a confiança mútua e as operações conjuntas e combinadas em temas de interesse comum. As palavras do Barão do Rio Branco, no jantar em homenagem à oficialidade norte-americana componente da *Great White Fleet*, no Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1908, ilustram esse espírito:

Em qualquer parte do mundo em que se encontram officiaes de marinha de diferentes nacionalidades, estabelece-se logo entre elles um espirito de cordial camaradagem. O destino commum aproxima num nobre encanto os homens que vivem na solidão do mar e levam comsigo, por todos os hemispherios, o culto incomparável da pátria ausente.²⁵

A diplomacia naval, portanto, ocorre em meio a uma estrutura *sui generis*, em um relacionamento internacional à margem das chancelarias. Para Abreu (2020), isso se desenvolve no âmbito da diplomacia paralela (ou diplomacia fragmentária), mostrando como há melhor capacidade de coordenação e articulação, em função do perfil de seus agentes. Essa atividade contribui para que a Chancelaria seja o maestro na condução da política exterior, em uma coordenação ampla e ágil. As ações da diplomacia e da defesa se diferenciam, embora tenham o mesmo objetivo em sua essência: não cessam, ainda que as situações se tornem

simbolismo, influência, compromisso ou dissuasão: um sistema de mensagem que faria uma outra potência refletir sobre algo exigido.

²⁴ Segundo Le Mière (2011, p. 57), a diplomacia das canhoneiras nunca deixou de existir na Ásia, e os exercícios navais são diplomacia naval. Contudo, para a China, os exercícios navais são uma forma de Gunboat Diplomacy: os exercícios entre Estados Unidos, Japão e Austrália, no Mar do Sul da China ou o CARAT (*Cooperation Afloat Readiness and Training*), entre Estados Unidos e Filipinas, são exemplo.

²⁵ Texto disponível em Abreu (2018, p. 268).

belicosas. A diplomacia naval envolve a mobilização de meios militares, como a ação de presença (ou de mostrar a bandeira), operações de paz, operações de apoio humanitário ou mesmo aquelas que impliquem emprego de força ou ameaça do uso de força. No entanto, as ações da Marinha no âmbito da diplomacia de defesa não estão limitadas ao emprego de meios: a atuação nos espaços oceânicos, ambiente da diplomacia naval, exige conhecimento e atuação em várias vertentes.

Entre as atividades de maior tradição, está a de “mostrar a bandeira”. Consiste na visita a portos estrangeiros, com o propósito de demonstrar interesse, ativar ou estimular o relacionamento entre as nações, angariar prestígio, promover intercâmbio e mostrar o nível de desenvolvimento do poder militar nacional. O navio de guerra retrata o grau de desenvolvimento tecnológico atingido por um país, mostra o poder militar existente, a capacidade de projeção desse poder e, simbolicamente, o Poder Nacional, incluindo os aspectos sociais da nação como as características do povo, os costumes, as tradições e os hábitos externados pelas tripulações.

Ao contrário das limitações que sofrem as outras forças armadas, as forças navais são dispositivos militares capazes de atuar com significativa liberdade em tempo de paz. Os navios de guerra, a despeito de todo o armamento de que dispõem, podem visitar portos estrangeiros sem provocar comoção, característica que diversos governos aproveitam para empregar politicamente as suas Marinhas.

A diplomacia naval, portanto, contribui para viabilizar ou impulsionar o desenvolvimento de sinergia entre os países, enfatizando a relevância na defesa nos temas comuns (que exigem esforço de concertação nos foros internacionais), na qualificação de pessoal das nações parceiras (como cursos, estágios e intercâmbios), na estruturação do apoio logístico para navios e aeronaves no exterior e no desenvolvimento das parcerias científico-tecnológicas.

No campo econômico, o controle e a segurança estão associados à proteção das infraestruturas críticas. O cuidado com as linhas de comunicações marítimas, da exploração de petróleo e do gás natural, da geração eólica no litoral e *offshore*, da mineração no leito marinho e da pesca se junta ao combate às práticas que comprometem o ambiente marinho, as quais somente podem ter êxito por meio de concertação internacional, uma vez que se trata de um meio fluido, cuja dinâmica não se limita às fronteiras físicas tradicionais. Na vertente científica, são exemplos o caso da previsão e do acompanhamento das condições meteorológicas, das pesquisas relacionadas a recursos vivos e não vivos, do levantamento da

plataforma continental, do desenvolvimento de tecnologias voltadas às atividades econômicas e aos conhecimentos sobre o ambiente marinho aplicáveis à operação das forças navais.

O enfrentamento das ameaças difusas mostra-se um desafio superior à capacidade individual dos Estados. Para Diogo (2004, p. 97-101), o caráter difuso das ameaças está no fator imprevisível e improvável, junto aos impactos multifuncionais e à dificuldade de detecção, sendo potencializadas por uma hipertecnologia que facilita uma atuação transnacional e em rede. A neutralização dessas ameaças demanda ações em ambiente de cooperação, em atividades de segurança (*security*) voltadas para a proteção do tráfego mercante, de frotas pesqueiras, de instalações marítimas, das plataformas de petróleo, de gás e de geração de energia eólica e dos cabos submarinos, que podem ser alvos de atentados e acidentes, além do combate às atividades ilegais.

Quanto à salvaguarda de vida humana (*safety*), há demandas rotineiras e atípicas, sob a jurisdição de Estados politicamente instáveis, envolvendo desastres naturais e conflitos decorrentes de desordem civil que resultam em busca e salvamento na área marítima (SAR, do inglês *Search and Rescue*): são exemplos dessa vertente o trato de refugiados, como os *balseros* ou *boat people*²⁶.

3.2 A DIPLOMACIA NAVAL

A Diplomacia Naval envolve o ensino e treinamento das militares e funcionários civis, assessorias, suporte técnico, controle de tráfego marítimo, operações de apoio humanitário e ações de presença. Há um amplo campo de atuação da Diplomacia Naval, inclusive no que se refere à promoção de uma mentalidade quanto à dependência dos países da América do Sul e de seu entorno em relação ao mar. Assim sendo, o intercâmbio e a aproximação entre países fomentam a confiança mútua, a partir da interação entre suas Marinhas, em que se destacam iniciativas desencadeadas a partir da identificação de oportunidades e da convergência de interesses que se conformam de acordo com temas, agendas, e percepções compartilhadas.

O intercâmbio em cursos e estágios de militares estrangeiros na Marinha do Brasil contribui para maior cooperação. Registros do Arquivo Nacional do Brasil, como em Cabral e Almeida (2014), apresentam as dinâmicas institucionais da Academia dos Guardas-Marinhas, que recebeu alunos estrangeiros, incluindo personalidades de relevância histórica²⁷.

²⁶ Para Pugh (2004, p. 65), comumente considerados como ameaça, os refugiados revelam disfunções estruturais na governança global e demandam a substituição da lógica da securitização pela abordagem humanitária.

²⁷ - Angel Benigno López, filho do Presidente paraguaio Carlos López e irmão de Francisco Solano López, foi aluno da Academia dos Guardas Marinhas, atual Escola Naval (López e Yegros, 1861, p. 28). Doratioto (2002, p.

Implementada no século XIX e consolidada no século XX, consagrou o recebimento de estrangeiros nas escolas militares. Em 1918, o Ministério das Relações Exteriores (Circular nº 11 de 28 de fevereiro às legações americanas acreditadas no Brasil), possibilitou a matrícula de estrangeiros nas escolas naval e militar, “[...] com o intuito de desenvolver cada vez mais a política de fraternidade americana, a que Sua Excelência o senhor presidente da República presta a mais solícita atenção e dá o mais decidido apoio” (Brasil, 1918).

As Viagens de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM) contribuem na formação dos futuros oficiais e aproximam as Marinhas de diferentes países. Realizadas a cada ano, oportunizam a interação com outros povos e facilitam o relacionamento com outras Marinhas, em função do convívio dos Guardas-Marinha (GM) brasileiros com os GM convidados estrangeiros. Ao menos desde 1920, os GM de nações amigas participam da viagem de instrução no navio-escola brasileiro²⁸. Os GM brasileiros são igualmente convidados para participar de viagens de instrução de outras Marinhas.

4 A DIPLOMACIA NAVAL DO BRASIL

A mentalidade de segurança e de defesa é um elemento crucial na dinâmica que envolve a política externa e a diplomacia naval e, no caso do Brasil, os documentos estratégicos são o fundamento institucional e axiológico para o setor da Defesa. Esses documentos são a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia de Defesa Nacional (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), cuja elaboração conta com ampla participação democrática e revisão periódica²⁹. Segundo Vasconcellos *et al* (2021), esses documentos ajustam as prioridades nacionais ao cenário político internacional, indicam como concretizar as prioridades e oferecem transparência aos cidadãos e às nações amigas. As ações da

40) afirma que “Angel Benigno estudou durante dois anos, na década de 1840, na Escola Naval da Marinha brasileira... graças à nomeação de seu pai, chegou ao posto de general de Exército com apenas dezenove anos de idade e, com 23, já era ministro da Guerra e Marinha.”

²⁸23 Para Abreu (2021, p. 63), baseado em Scheina (1987), desde 1920, quando GM peruanos embarcaram na viagem de instrução do Navio-Escola Benjamin Constant, GM participam da cooperação do Brasil com Nações Amigas.

²⁴ Após o Decreto nº 11.720, de 28 de setembro de 2023, instituir o Grupo de Trabalho Interministerial para atualizar a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, o Senado (2025) aprovou os documentos propostos em 2024 por meio do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 725/2024, em 11/6/2025. (BRASIL, 2023).

²⁵ O Glossário anexo à END descreve o entorno estratégico como “área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países africanos lindeiros ao Atlântico Sul e a Antártica.” Por sua vez, o Atlântico Sul “é a região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul.”

Diplomacia Naval do Brasil encontram direção nesses documentos, que valorizam o entorno estratégico do Brasil e conferem centralidade à América do Sul, à África Atlântica e à Antártica³⁰.

Os interesses que justificam a diplomacia e a cooperação naval do Brasil com as nações amigas também encontram espaço no contexto de grandes empreendimentos nacionais. Para Barbosa *et al* (2025), o processo de reconhecimento da plataforma continental é um exemplo, cuja experiência do Brasil incentiva a cooperação com os países do entorno estratégico. Assim como, no passado, a ação da Marinha e do Exército foi relevante na delimitação das fronteiras terrestres, no presente, a atuação da Marinha no estabelecimento dos limites da Plataforma Continental propicia que, em pleno século XXI, no mar, o Brasil trace a sua última fronteira – os limites da rica Amazônia Azul³¹.

O reconhecimento dessa fronteira marca o bandeirantismo das longitudes salgadas³², reconfigurando a jurisdição do Brasil. Figueirôa (2014, p. 268) a descreve como sendo o “último limite aberto, o limite Leste, do Atlântico Sul”. Machado (2015, p. 113) acrescenta que a *expertise* desenvolvida pelo Brasil nessa área o torna apto para oferecer opções estratégicas aos Estados sul-americanos e africanos, por meio de missões técnicas com a participação de navios de pesquisa da Marinha ou a assessoria de seus especialistas.

A Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM)³³ é um órgão chave nesses processos. Por meio da sua Secretaria (SECIRM), que tem sede no Comando da Marinha, a CIRM coordena assuntos relativos à política do Brasil para o mar, como o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), que geriu os processos para que o Brasil pudesse apresentar os pedidos para determinação de limite da Plataforma Continental junto às Nações Unidas, conforme argumenta Machado (2015, p. 86)³⁴. Essa

³⁰

³¹ Para Almeida (2023), “a nomenclatura Amazônia Azul foi dada pela semelhança a Floresta Amazônica (“Amazônia Verde”), em termos de dimensões, abundância de recursos naturais e importância ambiental, científica, econômica e estratégica.”

³² Para Albuquerque (2005, p. 23), que foi membro da Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CLPC), “a partir de 1700, por meio das Entradas e Bandeiras, foi iniciado no Brasil um processo de alargamento de suas fronteiras terrestres... Depois de cerca de 280 anos, um outro processo está em curso, desta feita com a finalidade de alargar as fronteiras marítimas do Brasil, em direção ao Leste, fruto do trabalho inteligente, pertinaz e patriótico de um punhado de especialistas da Marinha do Brasil, da Petrobras e da Comunidade Científica, cognominados, reconhecidamente, de “Bandeirantes das Longitudes Salgadas”.

³³ Criada pelo Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974, para coordenar os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar, a CIRM é um dos órgãos centrais na gestão política do setor.

³⁴ Machado (2015) analisa as reivindicações que levaram ao reconhecimento da Plataforma Continental do Brasil e menciona a importância da CIRM na elaboração do LEPLAC.

experiência é exitosa e pioneira³⁵, gerando possibilidade de empreendimentos similares em nações amigas.

As águas oceânicas interconectam os continentes e ocupam cerca de 75% do globo, guardando o potencial da sociobiodiversidade, da exploração e da exploração. Representa, ainda, uma estrutura de comunicação entre diferentes regiões, sobretudo, na América do Sul, na África e na Antártica, registrando uma agenda dinâmica no eixo Cone Sul-África-Antártica, que se diferencia de uma agenda modesta no eixo caribenho, embora a Operação Fer de Lance³⁶ aponte para a cooperação em expansão. Uruguai e Argentina destacam-se no continente sul-americano em 3 eixos: operações navais, atividade de apoio mútuo e manutenção.

A Operação Fraterno³⁷, realizada pela Marinha do Brasil e pela Armada da República Argentina, ora em águas brasileiras, ora em águas austrais, acontece anualmente (com raras interrupções) desde 1978. Em atividades de apoio mútuo, a Marinha do Brasil voltou a operar aeronaves de asa fixa, com o suporte da Armada Argentina. Dois assessores técnicos argentinos compuseram a equipe que avaliou as aeronaves A-4, que seriam adquiridas do Kuwait pela Marinha do Brasil em 1989 (Carvalho, 2010). Quanto ao apoio à manutenção, as Armadas do Uruguai e da Argentina realizaram extensas manutenções de meios no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro em décadas passadas, tendo, como exemplo, a manutenção do *destroyer* ROU 18 de Julio (DE-3) e do submarino ARA Santa Cruz, o qual foi submetido a sua modernização de meia vida. Em contrapartida, a manutenção das turbinas a gás das fragatas brasileiras tem histórico de realização no Arsenal Aeronaval Argentino.

Os países africanos que margeiam o Oceano Atlântico são entendidos como vizinhos da América do Sul, em sua fronteira oriental. A África é tão presente na identidade brasileira que, segundo Cunha *et al* (2024, p. 112), o continente é uma das chaves interpretativas da identidade nacional, compreendida por meio de um componente étnico tridimensional indígena-europeu-africano. Essa avaliação diplomática, sociológica e psicoafetiva (Filho e Teixeira, 2003) mostra as raízes mais profundas da PND e da END, quando estabelecem a cooperação com a África como parte dos interesses estratégicos do Brasil. Ao rastrear a

³⁵ Segundo a Nota à Imprensa nº152, do Ministério das Relações Exteriores (2025), o Brasil submeteu pedido para reconhecimento de três áreas. A Região Sul foi aprovada pela CLPC em 2019, acrescentando 170.000 km²; a Margem Equatorial, aprovada em 2025, agrega 383.218 km²; a Margem Oriental - Meridional segue em análise, correspondendo a 1.542.274 km² (BRASIL, 2025; BRASIL, 2021).

³⁶ A Operação Militar Combinada Fer de Lance reúne Brasil, França, Guiana e Suriname (RODRIGUES, 2023; FRENCH FOREIGN LEGION, 2025).

³⁷ Almeida (2024) esclarece que os diversos exercícios operativos em alto-mar proporcionam visitas a portos logísticos, fortalece capacidade dos militares envolvidos e reforça laços de amizade entre as duas Forças Navais.

origem desses vínculos, Alberto da Costa e Silva define o Brasil e a África como as duas margens de "um rio chamado Atlântico". Essa noção conforma uma essência que permite conhecer as características da sua fronteira leste, de onde veio quase a metade de seus antepassados (Silva, 2011). É sob esse espírito que dois países exemplificam essa perspectiva de cooperação e diplomacia naval do Brasil com países da costa ocidental africana: Namíbia e Cabo Verde.

O Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia é o mais antigo e exitoso do Brasil com um país africano. Segundo Araújo (2025), ao completar 30 anos em 2024, a cooperação estratégico-militar consolida uma histórica atividade que compreende assessoria, treinamento operacional e consultoria técnica. Apesar da posição favorável das Nações Unidas, desde os anos 1960, conforme assinalam as Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança³⁸, além da Opinião Consultiva nº 21 da Corte Internacional de Justiça³⁹, a Namíbia tornou-se independente somente em 1990. Souza e Francisco (2024) indicam que o Brasil esteve presente nesse processo: estabelecido o controle da cidade portuária de Walvis Bay pela Namíbia, em 28/2/1994, poucos dias depois, em 4/3/1994, foi assinado o Acordo de Cooperação entre os dois países, selando o apoio da Marinha do Brasil (MB) para criar a vertente naval das Forças de Defesa Namibianas.

Contudo, a Missão de Assessoria Naval na Namíbia resultou de um processo iniciado anteriormente. Em 1991, o protocolo de intenção entre os presidentes Fernando Collor e Sam Nujoma previu a cooperação marítima, objetivando a proteção dos recursos marinhos. Santos (2023, p. 39) avalia que a mobilização do Embaixador Mário Santos, chefe da legação do Brasil na Namíbia, e do Ministro da Marinha do Brasil, Almirante Mário César Flores, contribuiu para a assinatura do primeiro acordo de cooperação, em 1994, em que o Brasil se dispôs a colaborar para a criação da Marinha da Namíbia. A criação da Missão Naval foi designada em um segundo acordo, assinado em 2001 (Teixeira *et al*, 2021; Galante, 2024).

Isso representou um modelo de cooperação do Brasil com uma nação africana. As ações de presença, como a visita da Fragata Niterói a Walvis Bay, em 1994, conforme relata Teixeira *et al* (2021, p. 87), consolidaram a independência do país, colaboraram no processo de formação do Estado da Namíbia e representaram um marco na cooperação do Brasil com a

³⁸ Ver as Resoluções da Assembleia Geral (AGNU) nº 1514 de 14/12/1960 (sobre a independência de colônias) e nº 2145 de 27/10/1966 (sobre o mandato das Nações Unidas para a Namíbia) e as Resoluções do Conselho de Segurança (CSNU) nº 264 de 20/03/1969 (sobre retirada da África do Sul), nº 269 de 12/08/1969 (sobre ilegalidade da presença da África do Sul na Namíbia) e nº 276 de 30/01/1970 (estabelecendo o Sub-Comitê Ad Hoc para estudar a recusa da África do Sul em retirar-se da Namíbia) (NAÇÕES UNIDAS, 1970).

³⁹ Após a solicitação do CSNU em 19/07/1970, a Opinião Consultiva nº 21 de 21/06/1971 da Corte Internacional de Justiça (2025) declarou que a presença da África do Sul na Namíbia era ilegal.

jovem nação. Ao apoiar a formação e organização da Marinha da Namíbia e ao manter uma missão naval permanente naquele país, a Marinha do Brasil contribuiu para que a cooperação fosse ampliada. O exemplo serviu para estreitar laços com outros países africanos⁴⁰, incluindo os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁴¹.

Quanto à cooperação entre Brasil e Cabo Verde, as raízes comuns dos dois Estados têm efeitos positivos para a cooperação. Seus vínculos socioculturais estão associados ao projeto ultramarino português, que remete aos séculos XV e XVI. Braudel (2009) indica uma funcionalidade relevante de Cabo Verde na dinâmica colonial lusitana, por meio da *trading post empire*, a cadeia de entrepostos e suprimentos da administração do império ultramarino na qual o país constitui um dos primeiros elos dessa estrutura (Curtain, 1998, p. 86). Não obstante o segredo de Estado dificulte a análise sobre os interesses econômicos dos portugueses⁴², Pereira (2011) apresenta documentos históricos, confirmando um conteúdo estratégico de Cabo Verde no contexto atlântico. Isso fundamenta uma identidade comum entre Brasil e Cabo Verde, e fortalece a importância cabo-verdiana na formação do sistema internacional contemporâneo.

Esses indicadores estratégicos demonstram a vocação natural dos projetos que, hoje, valorizam esses vínculos e que fundamentam a Missão de Assessoria Naval do Brasil em Cabo Verde, criada em 2013. Direcionada à formação de militares cabo-verdianos em escolas das Forças Armadas do Brasil, a cooperação recebeu impulso em 1994, por meio da assinatura de acordo bilateral de cooperação técnico-militar. Segundo o Ministério da Defesa do Brasil (2013), o acordo contemplou, entre outros objetivos: i) as ações setoriais, ii) a possibilidade de auxílio da Marinha do Brasil no processo de definição da extensão da plataforma continental de Cabo Verde e iii) o aumento da vigilância no Atlântico Sul (Guimarães, 2014; Nogueira 2018).

As regiões polares são parte dos empreendimentos nacionais sob gestão da CIRM, constituindo espaço de cooperação e diplomacia naval com o Sul Global. Cunha *et al* (2022 e 2024) indicam a mobilização do Estado e da sociedade civil brasileira em assuntos antárticos, desde os anos 1950, contudo a dimensão polar do País se inicia em 1982, quando ocorrem as

⁴⁰ Destaca-se, ainda, a diplomacia naval com São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné Bissau e os países do Golfo da Guiné (Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial e Gabão).

⁴¹ Para Silva (2022, p. 55), há uma agenda ambiciosa na CPLP, incluindo o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (2006), a Estratégia da CPLP para os Oceanos (2010) e a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa (2015).

⁴² Para Alves (2018, p. 55), estudos recentes sobre a Teoria do Silêncio indicam uma dimensão semântica da ausência de registros: não haver relatos não quer dizer que não aconteceu.

Operações Antárticas e o Programa Antártico Brasileiro. O Brasil tornou-se parte consultiva, em 1983, participando de maneira ativa no Sistema do Tratado Antártico. O interesse do Brasil na Antártica tem múltiplas dimensões, conforme Cunha *et al* (2023, p. 140), abrangendo segurança alimentar, integridade da biosfera, ciclo hidrológico global e mudança climática. A colaboração com diversos países, em especial a Argentina e o Chile, marcam a diplomacia naval na Antártica.

O Ártico, uma das regiões mais sensíveis do planeta às mudanças ambientais, é a mais recente iniciativa polar do Brasil. O impacto do aquecimento atmosférico na superfície do Oceano Ártico e os recursos naturais desconhecidos incentivam a presença científica brasileira no Ártico, em um ambiente que, segundo Cunha *et al* (2025), tem sido parte de uma criopolítica, em referência às relações de poder na criosfera, as áreas mais frias do planeta. Câmara *et al* (2024) esclarecem que, nos últimos 40 anos, pesquisas de doutorado, empresas em trabalho de campo (Petrobrás) ou atividade de mineração (Vale) e atividades científicas esporádicas mostram o Brasil no Ártico. A Exposição de Motivos EMI nº 00166/2023 MRE MD, assinada pelos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, formaliza o interesse brasileiro ao submeter à consideração do Presidente da República o texto do Tratado de Svalbard (1920) sobre o Ártico, sublinhando as oportunidades científicas do Brasil (Brasil, 2024).

O conceito de Terceiro Polo, associado às cadeias de montanhas do Hindu-Kush e dos Himalaias, tem recebido atenção na comunidade científica e, em uma abordagem prospectiva, tem potencial para compor os interesses estratégicos do Brasil. Se, por um lado, Cunha *et al* (2025) avaliam pesquisas que apontam a existência de teleconexões entre o Terceiro Polo e a Amazônia, por outro lado, para Huettmann (2012), há uma unidade entre os três polos (Ártico, Antártica e, por analogia à grande massa de gelo, o Hindu-Kush Himalaias) que correlaciona a proteção deles à redução de impactos das mudanças climáticas, da poluição e das alterações ecossistêmicas nessas três localidades.

Isso comprova a necessidade de estudos complementares sobre vínculos ecológicos globais relacionados, por exemplo, aos trópicos e aos oceanos. A participação do Brasil na estrutura de governança climática do planeta torna o País um interessado natural nas questões científicas e políticas dos “Três Polos”. O Embaixador Thórir Ibsen (2018) apresenta desafios comuns entre o Ártico e o Terceiro Polo e crê que China e Índia, observadores no Conselho do Ártico, podem aplicar as experiências aprendidas naquele ambiente para a resolução desses desafios. A participação do Brasil na agenda estratégica do BRICS, que tem membros

interessados no Terceiro Polo, reforça a tendência de engajamento político e científico nesta localidade.

Na Diplomacia Naval multilateral, o Brasil historicamente atua por organismos internacionais. Os interesses do Brasil se somam aos esforços coletivos, em que a Marinha do Brasil coordena iniciativas junto a Marinhas de outros Estados, sendo exemplo as atividades: i) na Junta Interamericana de Defesa, que funciona como parte da Organização dos Estados Americanos, a OEA (MAIA, 2013) tendo o Brasil como membro fundador desde 1942⁴³; e ii) na Organização Marítima Internacional⁴⁴, destinada a garantir a segurança, a proteção e a sustentabilidade do transporte marítimo global, da qual o Brasil é Estado-membro desde 1963 (Femar, 2023; Fonseca, 1989; Santos, 2014).

Entre os projetos plurilaterais, destacam-se as operações e os exercícios entre o Brasil e as Nações amigas. Entre eles:

- i) A Operação ATLASUR, iniciada em 1993, junto a África do Sul, Argentina, Brasil e Uruguai;
- ii) Os exercícios navais multinacionais na costa ocidental africana, como o Obangame Express, o Guinex e o NEMO, voltados ao controle e à proteção do tráfego marítimo, à capacitação SAR (Busca e Salvamento) e ao combate às atividades ilícitas, como a pirataria;
- iii) Os exercícios IBSAMAR (India-Brazil-South Africa Maritime). Realizados, desde 2008, a cada dois anos em águas indianas (2016) ou sul-africanas (as demais);
- iv) As viagens de instrução e de representação do Navio-Veleiro Cisne Branco;
- v) As Operações de Apoio Humanitário constituem ocasião para aproximar os povos e construir relações capazes de gerar oportunidades em proveito mútuo;
- vi) As operações de paz, como a Força-Tarefa Marítima da Missão das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL), comandada por um Contra-almirante da Marinha do Brasil, de 2011 a 2021;
- vi) A Força Tarefa 151, no Bahrein, para o combate à pirataria e para a proteção do comércio marítimo global, por meio de atividade multinacional, em uma área que abrange Mar da Arábia, Golfo de Omã, Golfo de Áden, costa da Somália e Sul do Mar Vermelho;

⁴³ Na Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das 21 Repúblicas Americanas, em 1942, no Rio de Janeiro, Brasil, criou-se a Junta Interamericana de Defesa (JID). A sessão inaugural da JID ocorreu em 30 de março daquele ano, na sede, em Washington (JID, 2024).

⁴⁴ Segundo IMO (2024), a atual denominação Organização Marítima Internacional foi designada em 1982. Criada em 1948, sob o nome de Organização Consultiva Marítima Intergovernamental (IMCO), foi reconhecida como agência especializada das Nações Unidas em 1959.

vii) As atividades da Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS), realizadas por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, desde 1965, contando, hoje, com a participação de outros países. Contribui para a salvaguarda da vida humana no mar e a preservação do meio ambiente, estando preparada para estruturar adequada proteção para o tráfego marítimo em situações de emergência ou de conflito.

viii) Por fim, em outra vertente, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), criada pela Resolução nº 41/11, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1986, motiva cooperação regional para o desenvolvimento econômico e social, a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos vivos e não vivos e a segurança dos países do Atlântico Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As incertezas da política contemporânea incentivam uma diplomacia naval que construa pontes entre os povos. No Sul Global Atlântico, o tempo da truculência das canhoneiras, que forçava os países a atenderem aos interesses do mais forte, cedeu lugar ao emprego militar colaborativo, resultado da construção de consensos que potencializam a técnica, o preparo, a formação contínua, o treinamento exaustivo, para que a diplomacia naval seja um instrumento de ação contra os efeitos nocivos aos interesses dos Estados. O entusiasmo do Brasil em cooperar para a suprimir ameaças e garantir a segurança (*safety* e *security*) materializa-se na ênfase estratégica voltada para a América do Sul, a África Atlântica e as regiões polares, sobretudo a Antártica.

A transformação da sociedade é um desafio para os Estados, sobretudo no Sul Global. As prioridades estratégicas do Brasil associadas à atividade naval fundamentam-se nos documentos estratégicos, acompanhando a evolução da política internacional e dos interesses nacionais. A prioridade na América do Sul, na África Atlântica abaixo do paralelo 16N e nas regiões polares mostra o espírito de relacionamento positivo com vizinhos, os vínculos socioculturais com a África e as ambições científicas de apoiar a estrutura da governança climática global.

Se, por um lado, a baixa incidência de conflitos entre Estados facilitou o desenho de uma agenda de cooperação, por outro lado, as transformações políticas, científicas e tecnológicas causam incertezas e desafiam os interesses estratégicos dos Estados. O Brasil alinha prioridades de maneira institucionalizada, por meio de documentos estratégicos

submetidos à consulta de amplos setores da sociedade e à aprovação do Congresso Nacional, estabelecendo diretrizes compreensíveis sobre o que é o interesse nacional e como realizá-lo.

É dessa maneira que o Brasil procura alterar positivamente a relação com a América do Sul, a América Latina e o Sul Global. As relações pacíficas entre os Estados da região facilitam o desenvolvimento de parcerias no âmbito naval e em outros setores. Contudo, a América do Sul abriga países de diferentes dimensões e capacidades.

Como, então, devem capacitar-se para o enfrentamento dos grandes desafios contemporâneos? As ameaças transnacionais e transregionais são enfrentadas de modo eficaz mediante parceria e cooperação internacionais, requerendo uma solução regional integrada. A disputa por energia, alimentos, água, entre outros recursos essenciais, sempre foi motivação para conflitos, e a América Latina e o seu entorno dispõem de muitos desses recursos. Os ensinamentos históricos reverberam a experiência das duas guerras mundiais: a partir do instante em que as fontes supridoras tradicionais foram inviabilizadas, os olhos do mundo se voltaram para o Sul – para a América, o Atlântico e o Pacífico –, que foi cenário de confrontos navais.

REFERÊNCIAS

ABREU, G. **Diplomacia Naval**. Caderno de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Brasil) - N. 06 (Mar 2007) - Rio de Janeiro: CEE - ESG, 2007. P. 161 a 178.

ABREU, Guilherme (org.). **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

ABREU, Guilherme. A Marinha em apoio à política externa. In: ABREU, Guilherme (org.). **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018a. p. 258-283.

ABREU, Guilherme Mattos de. A Defesa como instrumento da Política Externa, **Cadernos de Estudos Estratégicos**, Escola Superior de Guerra, Ministério da Defesa, setembro, 2021, pp.38-66.

ALBUQUERQUE, Alexandre Tagore Medeiros de. Bandeirantes das Longitudes Salgadas. In SERAFIM, Carlos Frederico Simões Serafim e CHAVES, Paulo de Tarso (Org.) **Geografia: ensino fundamental e ensino médio: o mar no espaço geográfico brasileiro**, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2005, pp.19-22.

ALMEIDA, Luciana Santos de. Novo mapa do Brasil é expandido com 5,7 milhões de km² de área marítima. Notícia publicada pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), em 28 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/assuntos/noticias/noticias-leplac/2023/09/novo-mapa-do-brasil-e-expandido-com-57-milhoes-de-km2-de>. Acesso em 1/8/2025.

ALMEIDA, Luciana Santos de. Operação “Fraterno” fortalece laços de cooperação entre as Marinhas do Brasil e da Argentina. Publicada pela Agência Marinha de Notícias, em 22 de agosto de 2024. Disponível em <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/operacao-fraterno-fortalece-lacos-de-cooperacao-entre-marinhas-do-brasil-e-da>. Acesso em 1/8/2025.

ARAÚJO, Fernando. Marinha do Brasil fortalece cooperação naval com a Marinha da Namíbia em nova fase de treinamentos. Notícia publicada em Agência Marinha de Notícias, em 4 de abril de 2025. Disponível em <https://www.agencia.marinha.mil.br/internacional/marinha-do-brasil-fortalece-cooperacao-naval-com-marinha-da-namibia-em-nova-fase-de>. Acesso em 1/8/2025.

BARBOSA, João Franswilliam; ANDRADE, Israel de Oliveira; QUEIROZ, Fábio Albergaria de; CUNHA, Guilherme Lopes da; MEDEIROS, Taíssi Pepe de. Elevação do Rio Grande (ERG): uma análise sobre o pleito de incorporação da ERG à plataforma continental além das 200 milhas náuticas. Rio de Janeiro: Ipea, set. 2025. 36 p.: il. (Texto para Discussão, n. 3157). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3157-port>

BARROS-PLATIAU, A.F.; TOMÉ SILVA, C.H.R.; CUNHA, G.L.; BARROS, F.H.G.; CÂMARA, P.E.; BARROS, J.G.C.; URREJOLA, L.C.F. Diplomacy in the Anthropocene: The Climate and Cyber as Threat Multipliers, In ROBSON, M. (Ed), **The Anthropocene, Ontopolitics, and International Relations**, Singapore: Springer Nature Singapore, 2025, pp. 39-58.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: o tempo do mundo**, volume 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974. Cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74557-12-setembro-1974-423027-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 1/8/2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Circular nº 11 ao corpo diplomático brasileiro, de 28 de fevereiro de 1918. **Cadernos do CHDD**, Brasília, DF, ano 5, n. 8, 2006. p. 64.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Expansão da plataforma continental brasileira – Nota Conjunta MRE/Marinha do Brasil. Nota à Imprensa nº 152. Publicada em 3 de abril de 2025. Disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/expansao-da-plataforma-continental-brasileira-2013-nota-conjunta-mre-marinha-do-brasil. Acesso em 1/8/25.

BRASIL, Marinha do Brasil. **LEPLAC celebra 32 anos: 5,7 milhões de km² de área marítima como legado para as futuras gerações. Notícia publicada em 15 de setembro de 2021.** Disponível em <https://www.marinha.mil.br/noticias/leplac-celebra-32-anos-57-milhoes-de-km2-de-area-maritima-como-legado-para-futuras-geracoes>. Acesso em 1/8/2025.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Fundamentos do Poder Nacional.** Rio de Janeiro: ESG, 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.720, de 28 de setembro de 2023. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para atualização da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11720.htm . Acesso em 31/7/25.

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados.** Ano LXXIX, nº4, 8 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020240208000040000.PDF>. Acesso em 1/8/2025.

BRASIL, Senado Federal. Aprovada atualização da Política e da Estratégia Nacional de Defesa. Notícia publicada em 11 de junho de 2025. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/11/senado-aprova-atualizacao-da-politica-e-da-estrategia-nacional-de-defesa>. Acesso em 31/7/25.

CABRAL, Dilma Cabral e ALMEIDA, Felipe. Academia dos Guardas-Marinhas. Publicado pelo Arquivo Nacional do Brasil em 6 maio de 2014. Disponível em <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/242-academia-dos-guardas-marinhas>. Acesso em 30/10/24.

CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; MATTOS, Leonardo Faria de; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; MACIEIRA, Flávio Helmond; SIMÕES, Jefferson Cardia. O Brasil no Ártico: uma visão geopolítica e da ciência, **Revista Marítima Brasileira**, v.142, nº4/6, 2024, pp.8-16.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. **Minha travessia.** Rio de Janeiro: Sermograf, 2010.

CHILE. Es una realidad: Gobierno firma acuerdo con Google para instalar el primer cable de fibra óptica entre Sudamérica y Oceanía. Notícia oficial publicada em 4/6/25. Disponível em <https://www.gob.cl/noticias/que-es-cable-humboldt-de-google-que-unira-sudamerica-oceania/> #. Acesso em 12/7/25.

COLOMBIA. Sentencia T-622/16 proferida pela Corte Constitucional de Colombia, em 10 de novembro de 2016. Disponible en <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2016/t-622-16.htm>. Acceso en 14/7/25.
CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. **Legal Consequences for States of the Continued Presence of South Africa in Namibia (South West Africa) notwithstanding Security Council Resolution 276 (1970).** Disponível em <https://www.icj-cij.org/case/53> . Acesso em 1/8/2025.

CUNHA, Guilherme Lopes e APPEL, Tiago Nasser. Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparados: América do Sul e Leste da Ásia. *Rev. Cient. Gen.* José María Córdova v.12, nº 13, 2014, pp.89-105

CUNHA, Guilherme Lopes; CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; BARROS-PLATIAU, Ana Flavia; QUEIROZ, Fabio Albergaria de. O Pensamento Antártico Brasileiro e as instituições da Defesa, **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 37, n. 81, p. 32-57, set.-dez. 2022.

CUNHA, Guilherme Lopes; CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; QUEIROZ, Fabio Albergaria de; BARROS-PLATIAU, Ana Flavia. Antarctica in the Brazilian Geopolitical Thinking, In QUEIROZ, F.A.; CUNHA, G.L; BARROS-PLATIAU, A.F. (Ed.) **Brazil in the Geopolitics of Amazonia and Antarctica**, Lanham: Lexington Books, 2023, p.122-146.

CUNHA, Guilherme Lopes da; BARROS-PLATIAU, Ana Flavia; CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; QUEIROZ, Fabio Albergaria de. A Escola Superior de Guerra e o Pensamento Antártico Brasileiro desde a década de 1950, **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 39, n. 86, p. 104-126, maio-ago. 2024.

CUNHA, Guilherme Lopes da e GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A disputa pela liderança do sistema internacional e suas consequências para a América Latina**, IN DOS SANTOS, Antonio; VIANNA, Gilberto; FAYAL, Ricardo; FREIRE, Ricardo (Org) *O mundo em guerra*. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2024, p.291-322.

CUNHA, Guilherme Lopes da; QUEIROZ, Fabio Albergaria de; SIMÕES, Jefferson Cardia. A Criopolítica e as Teleconexões entre o Terceiro Polo e a Amazônia. In BARROS-PLATIAU, Ana Flavia; CÂMARA, Paulo Eduardo Aguiar Saraiva; CUNHA, Guilherme Lopes da; QUEIROZ, Fábio Albergaria de (Org), **Brasil, um país polar: A Importância da Antártica e do Ártico**, Coleção Antártica, Volume 4, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2025.

CURTAIN, Philip D. *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 86-97.

FIGUEIRÔA, Christiano Sávio Barros. Limites exteriores da plataforma continental do Brasil conforme o direito do mar. Brasília : FUNAG, 2014.

FILHO, Nilson Gomes Vieira e TEIXEIRA, Valéria Maria da Silva. Observação Clínica: estudo da implicação psicoafetiva, In *Psicologia em estudo*, v.8, n.1, pp-23-29, 2003.

FEMAR, Fundação de Estudos do Mar (2023). **A participação do Brasil junto à IMO**. Notícia publicada em 17 de agosto de 2023. Disponível em <https://fundacaofemar.org.br/portalwordpress/2023/08/17/a-participacao-do-brasil-junto-a-imo/>. Acesso em 26/10/24.

FONSECA, Luiz Henrique Pereira da. **Organização Marítima Internacional (IMO): visão política de um organismo especializado das Nações Unidas**, Brasília: FUNAG, 1989.

FRENCH FOREIGN LEGION. 3e REI: Fer de Lance 2025 in French Guiana. Notícia Publicada por French Foreign Legion Information, em 11 de abril de 2025. Disponível em <http://foreignlegion.info/2025/04/11/3rei-fer-de-lance-2025/>. Acesso em 1/8/2025.

FRANKLIN, Adrian. *The Routledge International Handbook of More-Than-Human Studies*. New York: Routledge, 2024.

GALANTE, Alexandre. **Irmãos de armas: 30 anos do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia**. Notícia publicada em 30 mar 2024. Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2024/03/30/irmas-de-armas-30-anos-do-acordo-de-cooperacao-naval-brasil-namibia/> . Acesso em 27/10/2024.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES. **A vertente diplomática do Poder Naval - o caso da Missão Naval junto a Cabo Verde**. Dissertação apresentada junto à Escola de Guerra Naval no Curso de Política e Estratégia Marítimas, 2014.

HOGAN, E., PATRICK, S., 2024. A Closer Look at the Global South. Carnegie Endowment for International Peace. Disponível em <https://carnegieendowment.org/research/2024/05/global-south-colonialism-imperialism>. Acesso em 17/7/25.

HUETTMANN, Falk. *Protection of the Three Poles*. New York: Springer, 2012.

IBSEN, Thórir. The Arctic Cooperation, a Model for the Himalayas—Third Pole? In GOEL, Prem Shankar; RAVINDRA, Rasik Ravindra; CHATTOPADHYAY, Sulagna (Ed.) **Science and Geopolitics of The White World: Arctic-Antarctic-Himalaya**. Cham: Springer Nature, 2018, pp. 3-16.

IMO, International Maritime Organization (2024) **UN System Documentation: International Maritime Organization (IMO)**. Disponível em <https://research.un.org/en/docs/unsystem/imo>. Acesso em 26/10/24.

JID, Junta Interamericana de Defesa (2024). **Principais eventos**. Disponível em <https://jid.org/pt/historia/>. Acesso em 28/10/24.

KENNEDY, G (2016) Gunboat diplomacy, In MACKENZIE, John M. (Ed) *The Encyclopedia of Empire*, Oxford: Wiley-Blackwell, 2016.

KOOLINGS, Kees. Urban crime in the global south: the experience of Latin America, In OBERWITTLER, D. and WICKES, R. (Ed.) Cheltenham: Elgar, 2025, pp. 222-241.

LAMBERT A. The Use of Naval Power. In: Duyvesteyn I, Heuser B, eds. *The Cambridge History of Strategy*. The Cambridge History of Strategy. Cambridge University Press; 2025:99-121.

LE MIERE, Christian (2011) The Return of Gunboat Diplomacy, *Survival*, 53:5, 53-68.

LIVADARIU, Ioana; ELMOKASHFI, Ahmed; SMARAGDAKI, Georgios. Tracking submarine cables in the wild, *Computer Networks* 242 (2024) 110234.

LONG, Madison L.. Information Warfare in the Depths: An Analysis of Global Undersea Cable Networks, *Proceedings*, Vol. 149/5/1443. Disponível em <https://www.usni.org/magazines/proceedings/2023/may/information-warfare-depths-analysis-global-undersea-cable-networks>. Acesso em 12/7/25.

LÓPEZ, Benigno e YEGROS, Romulo José. Diario del viaje al Brasil realizado por Benigno López y el Subteniente Rómulo José Yegros. Escrito entre 7 de maio e 15 de agosto de 1851. Registrado no Archivo Nacional de Asunción, sob o número 296n13-255-293. Disponível em <https://historia.archivonacional.gov.py/index.php/diario-del-viaje-al-brasilre-realizado-por-benigno-lopez-y-el-subteniente-romulo-jose-yegros>. Acesso em 28/10/2024.

MA Xueguang, JIANG Ce. Global submarine cable network and digital divide, *Journal of Geographical Sciences*, v.35, nº 6, 2025, pp. 1204-1232.

MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. A plataforma continental brasileira e o direito do mar: considerações para uma ação política. Brasília : FUNAG, 2015.

MACMAHON, Liv. Meta plans globe-spanning sub-sea internet cable. Notícia publicada em BBC, em 17 de fevereiro de 2025. Disponível em <https://www.bbc.com/news/articles/ckgrgz8271go>. Acesso em 15/7/25.

MAIA, João Carlos Kuster. **A JID no contexto político e estratégico do Século XXI: o relacionamento com temas de interesse do Brasil**. Dissertação apresentada junto à Escola de Guerra Naval no Curso de Política e Estratégia Marítimas, 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA DO BRASIL. **Brasil inaugura Missão Naval e aprofunda cooperação com Cabo Verde**. Notícia publicada em 21/11/2013. Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/21-11-2013-de-fesa-brasil-inaugura-missao-naval-e-aprofunda-cooperacao-com-cabo-verde>. Acesso em 28/10/24.

MODI, Narendra. Prime Minister Shri Narendra Modi's Opening Remarks at the Inaugural Leaders' Session of Voice of Global South Summit 2023. Realizado em 12 de janeiro de 2023. Disponível em https://www.mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/36109/Prime_Minister_Shri_Narendra_Modis_Opening_Remarks_at_the_Inaugural_Leaders_Session_of_Voice_of_Global_South_Summit_2023.

NAÇÕES UNIDAS, Conselho de Segurança. **Resolutions Adopted and Decisions Taken by the Security Council in 1970**. Disponível em <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Chap%20VII%20SRES%20276.pdf> . Acesso em 1/8/2025.

NAGARAJAN, Gaya e AIMÉ, Alex-Handrah. Unlocking global AI potential with next-generation subsea infrastructure. Publicado em 14/2/25 . Disponível em <https://engineering.fb.com/2025/02/14/connectivity/project-waterworth-ai-subsea-infrastructure/>. Acesso em 10/7/25.

NOGUEIRA, César Augusto Dallacosta. **O Brasil e os países da costa Oeste africana e a segurança marítima no Atlântico Sul: a cooperação Brasil-Cabo Verde no campo da defesa e sua importância para a Marinha do Brasil**. Dissertação apresentada junto à Escola de Guerra Naval no Curso de Política e Estratégia Marítimas, 2018.

PEREIRA, Daniel A. Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil. Brasília: FUNAG, 2011.
 PINAUD, Olivier. Big Tech colonizes seabed to assert control of the internet. Notícia publicada em Le Monde, em 2/1/23. Disponível em https://www.lemonde.fr/en/international/article/2023/01/02/big-tech-colonizes-seabed-to-assert-control-of-the-internet_6010073_4.html#:~:text=FeatureThrough%20an%20undersea%20fiber,the%20invention%20of%20the%20telegraph. Acesso em 12/7/25.

PUGH, Michael. Drowning Not Waving: Boat People and Humanitarianism at Sea, **Journal of Refugee Studies**, v.17, nº1, pp.50-69, 2004.

RETTBERG, A. (2020). Violencia en América Latina hoy: manifestaciones e impactos. Revista De Estudios Sociales, 1(73), 2-17. <https://doi.org/10.7440/res73.2020.01>

RICCIO, Vicente e CUNHA, Guilherme Lopes da. **Policing the Amazon: Why the Rule of Law is Crucial for the Future**. New York: Routledge, 2025.

RODRIGUES, Augusto. Brasil, França, Guiana e Suriname realizam operação militar combinada. Publicada na Agência Marinha de Notícias, em 18 de março de 2023. Disponível em <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/brasil-franca-guiana-e-suriname-realizam-operacao-militar-combinada>. Acesso em 1/8/2025.

SANTOS, Thiago Cristiano Muniz. **A Missão de Assessoria Naval Brasileira na Namíbia: Um importante instrumento do Soft Power do Brasil na África, no período de 1994 a 2021**. Dissertação apresentada junto à Escola de Guerra Naval no Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, 2023.

SANTOS, Nilson Seixas dos. **A Organização Marítima Internacional como instrumento político: um outro campo de batalha**. Dissertação apresentada junto à Escola de Guerra Naval no Curso de Política e Estratégia Marítimas, 2014.

SATARIANO, Adam. How the Internet Travels Across Oceans. Notícia publicada em 10/3/19, The New York Times. Disponível em <https://www.nytimes.com/interactive/2019/03/10/technology/internet-cables-oceans.html> . Acesso em 12/7/25.

SCHEINA, Robert L. **Latin America: a naval history: 1810-1987**. Annapolis, MD: U.S. Naval Institute, 1987.

SILVA, Daniele Dionísio. A agenda de segurança e defesa da CPLP e o Atlântico de língua portuguesa: da dimensão histórico-política à técnico-estratégica, In **Revista Conjuntura Austral**, v.13, n.63, 2022 p.45-56

SCHALLER, Christian. Russia's Mapping of Critical Infrastructure in the North and Baltic Seas – International Law as an Impediment to Countering the Threat of Strategic Sabotage?, In *Nordic Journal of International Law*, v.93, 2024, pp.202-236.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**, 5.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOUZA, Paulo Yan Carlôto de; FRANCISCO, Thaís Cerqueira. Irmãos de armas: 30 anos do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia. Notícia publicada na Agência Marinha de Notícias, em 28 de março de 2024. Disponível em <https://www.agencia.marinha.mil.br/internacional/irmas-de-armas-30-anos-do-acordo-de-cooperacao-naval-brasil-namibia>. Acesso em 1/8/2025.

TAMBUTTI, Marcia e GÓMEZ, José Javier. The outlook for oceans, seas and marine resources in Latin America and the Caribbean Conservation, sustainable development and climate change mitigation. Project Documents (LC/TS.2020/167), Santiago, Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), 2020. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f7194ce4-f318-47d0-a4a1-b3a1b47673c5/content>.

TEIXEIRA, Luís Henrique Vighi; CORADINI, Luiz Fernando; COSTA, Renata Alves da; PEREIRA, Analúcia Danilevich. A Cooperação Técnica Militar Brasil-Namíbia e a projeção da Base Industrial de Defesa brasileira, In **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 36, n. 76, p.79-104, 2021.

TURRA, Alexander. The Ocean Decade in the perspective of the Global South, In *Ocean and Coastal Research* 2021, v.69 (suppl): e21048

UNCTAD, UN Trade and Development. Ocean economy, trade policy and the climate and development nexus. Notícia publicada em 5 de março de 2025. Disponível em <https://unctad.org/meeting/5th-united-nations-ocean-forum-trade-related-aspects-sustainable-development-goal-14>. Acesso em 24/7/25.

UNCTAD, UN Trade and Development. Developing countries increasingly drive ocean economy but must diversify for resilience. Notícia publicada em 6 de março de 2025. Disponível em <https://unctad.org/news/developing-countries-increasingly-drive-ocean-economy-must-diversify-resilience>. Acesso em 24/7/25.

UNITED NATIONS, Division for Ocean Affairs and the Law of the Sea, Office of Legal Affairs. The oceans are the very foundation of human life... Able at https://www.un.org/depts/los/oceans_foundation.htm. Access on 9/7/25.

UNITED NATIONS. Nice Ocean Action Plan signals political will for global action to protect the ocean Nice, France. UN Press Release de 13 de junho de 2025. Disponível em <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2025/06/closing-press-release-2025-unoc/>. Acesso em 24/7/25.

YADRON, Danny. Facebook and Microsoft to build private internet highway underwater. Notícia publicada em The Guardian, em 26/5/16. Disponível em

<https://www.theguardian.com/technology/2016/may/26/facebook-microsoft-internet-cable-underwater>. Acesso em 10/7/25.

VASCONCELLOS, Carlos Antonio Raposo de; CUNHA, Guilherme Lopes da; QUEIROZ, Fábio Albergaria de. La Defensa en Brasil: El Proceso de Institucionalización y Consolidación de una Política de Estado, In MONCADA, L.A.M. (Ed.) **Seguridad y Defensa II**, Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2021.